



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ANANINDEUA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EDUARDA DA SILVA RAMOS

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNICIPAL DE BAIÃO:
TENDENCIAS E PERSPECTIVAS**

ANANINDEUA-PA

2022

EDUARDA DA SILVA RAMOS

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNICIPAL DE BAIÃO:
TENDENCIAS E PERSPECTIVAS**

Artigo científico apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Lucio Correia Miranda

ANANINDEUA-PA

2022

EDUARDA DA SILVA RAMOS

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNICIPAL DE BAIÃO:
TENDENCIAS E PERSPECTIVAS**

Artigo científico apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

ANANINDEUA, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda (orientador)

UFPA

Prof^a. Dr^a. Luciana Martins Freire (examinadora)

UFPA

Prof. Dr. Enilson da Silva Sousa (examinador)

UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO MUNICIPAL DE BAIÃO:
TENDENCIAS E PERSPECTIVAS**

EDUARDA DA SILVA RAMOS

RESUMO

O presente trabalho tem em vista a importância da agricultura familiar no município de Baião-PA, analisando as tendências e perspectiva da agricultura local, a fim de apresentar as principais limitações e potencialidades da produção. Para isso, foi necessário caracterizar as práticas agrícolas no município, identificar as políticas de incentivos à produção agrícola familiar no contexto nacional, estadual e municipal, caracterizar as práticas de uso e ocupação do solo e identificar as principais problemáticas da agricultura familiar no município. Foi realizado então uma pesquisa bibliográfica e documental do município, levantamento cartográfico e pesquisa de campo. Diante disso, verifica-se que existem poucos projetos municipais de incentivo a produção, poucas comunidades estão inseridas e grande parte da produção está espalhada pela zona rural do município, o que impõe a importância do incentivos e projetos que influenciem os meios de produções agrícolas.

Palavra chave: produção agrícola familiar; segurança alimentar; pimenta do reino.

ABSTRACT

The present work aims at the importance of family farming in the municipality of Baião-PA, analyzing the trends and perspective of local agriculture, in order to present the main limitations and potential of production. For this, it was necessary to characterize the agricultural practices in the municipality, identify the incentive policies

for family agricultural production in the national, state and municipal context, characterize the practices of land use and occupation and identify the main problems of family agriculture in the municipality. A bibliographical and documentary research of the municipality, cartographic survey and field research was then carried out. In view of this, it appears that there are few municipal projects to encourage production, few communities are inserted and a large part of the production is spread across the rural area of the municipality, which imposes the importance of incentives and projects that influence the means of agricultural production.

Key word: family agricultural production; food security; Black pepper.

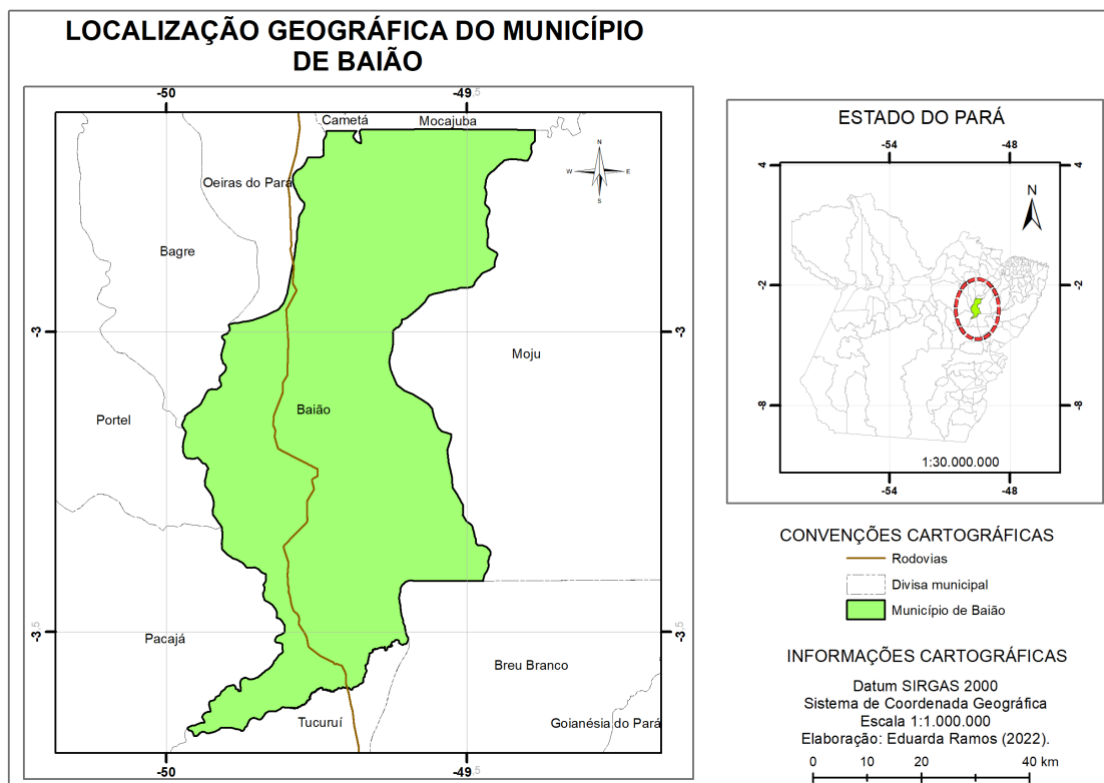
1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma das atividades econômicas que tem assumido no contexto brasileiro um papel importante. No Brasil ela se destaca pelo grande processo de produção de alimentos orgânicos, que ajuda na diminuição de doenças causadas pela falta de alimentos de qualidade, fazendo com que a sociedade consuma alimentos cada vez mais saudáveis, pois, esses alimentos são de suma importância na efetivação da segurança alimentar em diferentes regiões do país.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as tendências e perspectivas da agricultura familiar no município de Baião, destacando as limitações e potencialidades na promoção da qualidade de vida no campo. Caracterizando as práticas agrícolas familiares no município, Identificando as políticas de incentivos à produção agrícola familiar no contexto nacional, estadual e municipal, Caracterizando as práticas de uso e ocupação do solo no município de Baião e Identificando as principais problemáticas, limitações e potencialidades no contexto da agricultura familiar.

O município de Baião está localizado a uma latitude 02°47'26" sul e uma longitude 49°40'18" oeste no estado do Pará estando a uma altitude de 30 metros, conforme ilustrado na **Figura 01**. Tem uma população composta principalmente por produtores, agricultores e pescadores. Essas atividades produtivas são desenvolvidas geralmente pela mão de obra vinda do núcleo familiar. A produção agrícola familiar ocorre em pequenas propriedades rurais, onde os agricultores diversificam suas produções para obter uma variedade de produtos e alavancar seu rendimento financeiro.

Figura 01: Mapa de Localização do município de Baião



Fonte: Eduarda Ramos (2022)

Levando em consideração que a agricultura familiar é muito presente no município de Baião, o interesse em realizar esse estudo surgiu diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores rurais e a deficiência de suporte municipal para com os pequenos produtores agrícolas, uma vez que esses agricultores cooperam consideravelmente com a economia gerada no município. Assim, espera-se que esta pesquisa venha subsidiar para a compreensão das especificidades socioeconômica dos pequenos agricultores baionenses, instigando o desenvolvimento e efetivação de ações de políticas públicas voltadas à resolução de problemas locais.

A partir desta pesquisa, espera-se instigar diálogos sobre a necessidade da promoção de melhoria na perspectiva de agricultura familiar no município de Baião, sanando as limitações decorrentes da falta de atenção vinda dos órgãos públicos, promovendo a probabilidade de aumento da qualidade de vida no campo.

Deste modo almeja-se que os órgãos municipais ampliem projetos eficazes que ajude esses produtores à enfrentarem as dificuldades de produção e de escoamento dos seus

produtos, para que a economia do município e dos produtores sejam elevadas, tendo como norte a melhoria da qualidade de vida local.

Dentre os desafios enfrentados pelos pequenos produtores no município de Baião, destaca-se a falta de assistência técnica vindo principalmente dos órgãos públicos e os fatores climáticos incluindo a proliferação de pragas. Tendo como base os conceitos de segurança alimentar e reforma agrária.

Segurança alimentar é um conjunto de medidas desenvolvidas para que a população como um todo tenha acesso a alimentos de qualidade, visando sempre à diminuição de doenças causadas pela má alimentação, desnutrição, entre outros fatores, desempenhando-se na melhora da qualidade de vida. A alimentação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e requer muita atenção em um país que possui uma quantidade elevada de pessoas que não têm acesso à alimentação digna e adequada.

Segundo Renato S. Maluf; Francisco Menezes; Susana Bleil Marques (2000), no caderno de “segurança alimentar”:

O termo "Segurança Alimentar" começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra, vivenciada sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos (2000, p.1).

Através da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945 foi desenvolvido a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) órgão responsável pelo combate à fome e a pobreza no mundo, que promove o desenvolvimento agrícola, melhoria na nutrição e busca a segurança alimentar da população. Nesse sentido, ao analisar o contexto mundial percebe-se que a agricultura familiar é uma base importante para o desenvolvimento de alimentos de qualidade e baixo custo benefício, sanando a proliferação de inúmeras doenças causadas pela má alimentação ou pela falta de alimentos.

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatoria

articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (Maluf, Menezes, Marques 2000, p.4).

Segundo o *site do* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA 2022, a agricultura familiar é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultura, aquicultura, extrativista e pescadores. Estes se encontram distribuídos espacialmente de forma desigual no contexto nacional e agregam meios de produção conforme as estruturas familiares.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que foi criada por meio da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que atuava na garantia de preços mínimos de produtos vindos de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas; a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), responsável pela compra, venda e exportação de alimentos de atividades agropecuárias, incluindo a pesca e indústrias alimentícias; e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que tinha como objetivo armazenar produtos produzidos da agropecuária e da pesca.

A CONAB trabalha no fortalecimento de programas de políticas públicas voltadas a agricultura familiar, que tem como objetivo a redução do êxodo rural e o desenvolvimento econômico no setor agropecuário, também promover a geração de emprego, renda e o desenvolvimento de alimentos de qualidade para a sociedade.

A CONAB influencia no enrijecimento das estratégias de segurança alimentar do país, criando o Programa Alimenta Brasil com o intuito de incentivar a agricultura familiar.

Segundo o *site do* CONAB, o Programa Alimenta Brasil foi instituído junto ao Auxílio Brasil por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021 no Art. 29. A MP foi convertida, pelo poder Legislativo, na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 Capítulo II, onde fica instituído o Programa Alimenta Brasil, com as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à

alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos; V - apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar; e VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização, inclusive os do coco babaçu (BRASIL, 2021).

Segundo CONAB (2017): O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tinha como finalidades promover o acesso à informação e incentivar a agricultura familiar, foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) quem tem como objetivo básico o incentivo à agricultura familiar e a promoção da inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda; incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, promoção do acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Temos também o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) que tem o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) como incentivo à produção, ele é um financiamento quem tem como objetivo custear a melhoria de produção agrícola, buscando a geração de renda e a melhoria na mão de obra familiar.

O PRONAF dispõe de vários subprogramas destinados às famílias agrícolas, mulheres agricultoras, além de financiar jovens agricultores rurais na atividade de produção, sendo que os beneficiários precisam ser maiores 16 anos e menores 29 anos entre outros requisitos, visando sempre o aumento da produtividade e o desenvolvimento da renda das famílias.

Agricultura familiar é uma atividade desenvolvida por pequenos agricultores em que sua produção é utilizada tanto no consumo próprio como também fonte de renda para as famílias. Para alguns autores a agricultura familiar vai além do núcleo familiar.

Segundo Lamarche (1993), a exploração familiar, como conhecemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalhos estão ligados à família. A correlação desses três fatores (gestão, propriedade e trabalho familiar) no funcionamento da exploração cria noções abstratas e complexais, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Tendo em vista esse meio de produção como algo lucrativo, muitas propriedades vão além da mão de obra familiar, passando assim a demandar de mão de obra terceirizada,

expandindo a agricultura para além da restrição familiar, causando assim mais empregos e gerando mais fonte de renda.

Segundo Abramovay (1997): A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm do núcleo familiar, não se prendendo somente a laços de sangue, mas também de casamento.

Entende-se que a agricultura familiar, vem basicamente de herança passada de pais para filhos, de camponeses que permanecem sobrevivendo dessa prática agrícola. Porém, essa prática não se restringe apenas ao núcleo familiar, uma vez que esse empreendedorismo gera empregos para terceirizados, movimentando assim a renda gerada em determinada localidade incluindo os assentamentos de reforma agrária que utilizam essa cultura como método de sobrevivência. Nesse contexto a reforma agrária tem como objetivo utilizar de terras “abandonas” para a produção de alimentos e melhoria da qualidade de vida, uma vez que a sua produção não utiliza de produtos tóxicos para desenvolvimento de plantio, fazendo com que a sociedade consuma alimentos saudáveis. Geralmente as pessoas envolvidas em assentamentos de reforma agrária não têm terra própria para desenvolver métodos de produção para sua sobrevivência, utilizando geralmente terras devolutas ou improdutivas.

Alguns entendem a reforma agrária apenas como uma desapropriação de terra, outros como um meio de utilizar terras abandonadas em prol de uma melhoria de qualidade de vida, juntamente como fator de implementação de campesinato destinado a mercadorias com pouco ou nada de agrotóxico e de baixo custo benefício. Girardi (2008) ao dialogar sobre as políticas de reforma agrária no Brasil, especificamente sobre os assentamentos rurais e as ocupações de terra, destaca que:

De modo geral os assentamentos não reformadores são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com a política ambiental e de ocupação do território. A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecida como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica a desapropriação de terras. Também a regularização de posses não implica em desapropriação. Dessa forma, consideramos que o reconhecimento de posse e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores sem que seja necessário reformar as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos não reformadores o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos reformadores as terras são arrecadadas geralmente, a partir da desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária na legislação brasileira atual (GIRARDI, 2008, p. 255).

2 - METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa subdividiu-se os procedimentos metodológicos em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental; levantamento cartográfico; levantamento de campo.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas na biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA), em documentos na prefeitura municipal e em plataformas disponibilizadas na internet, visando o aprofundamento dos fundamentos teóricos relacionados à temática de estudo.

Para a elaboração cartográfica, constituiu-se um banco de dados utilizando as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativamente as malhas municipais de 2021, na escala de 1:250.000. Utilizou-se, também, imagens de satélite *Landsat 8*, com 30 metros de resolução espacial para a elaboração do mapa de uso e ocupação do solo do município, destacando a proporcionalidade entre as áreas destinadas as práticas agropecuária e as que ainda conservam e preservam a cobertura vegetal natural.

O mapa de uso e ocupação do solo foi elaborado através do processamento digital de imagens, na composição (RGB) SWIR1/NIR/BLUE, correspondentes as bandas 6; 5 e 2 do *Landsat 8*, por meio de algoritmo de classificação não supervisionada.

Por sua vez, a pesquisa de campo constituiu-se por observação, registro fotográfico e aplicação de questionários. Aplicou-se 10 questionários devido a distancia entre as localidades, envolvendo agricultores e gestor municipal da secretaria de agricultura familiar.

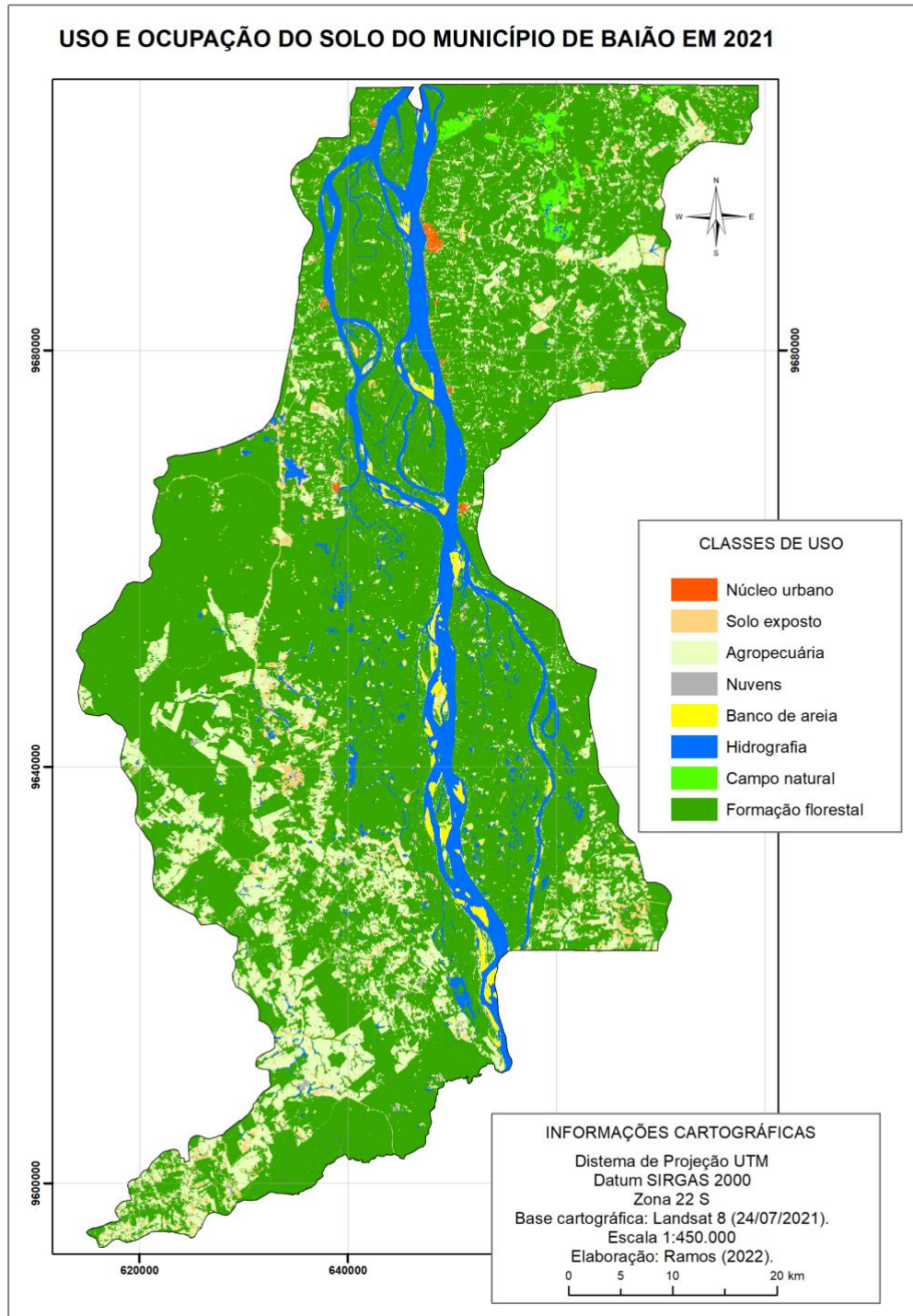
A pesquisa de campo foi desenvolvida para acompanhar o processo de produção e os métodos utilizados, em que alguns dados foram obtidos através de aplicação de questionário aos produtores e responsáveis municipais.

3 - RESULTADO E DISCUSSÃO

O município de Baião tem uma extensão territorial de aproximadamente 3.758,51km², sendo que 71% deste encontra-se coberta por agrupamento florestas. Condição esta merecedora de destaque, uma vez que tem mantido uma parte significativa da sua vegetação

preservada (**Figura 02**), mesmo diante das pressões impostas pelas atividades agropecuárias em um contexto regional.

Figura 02: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do município de Baião em 2021.



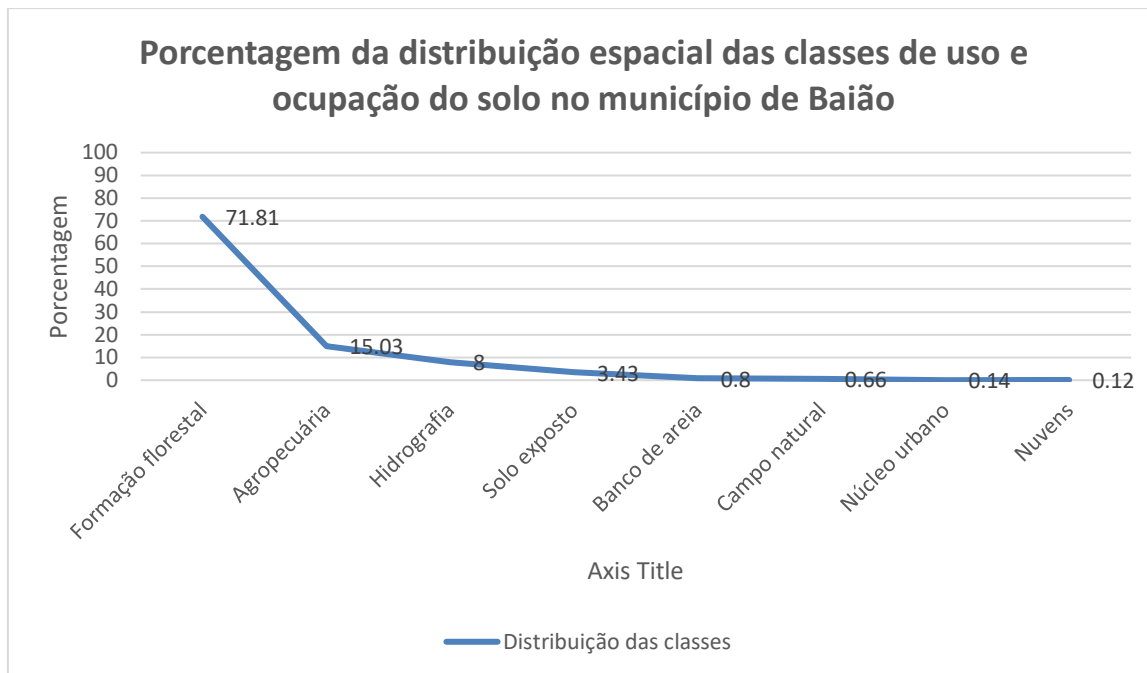
Fonte: Eduarda Ramos (2022).

No mapeamento de uso e ocupação do solo do município identificou-se oito classes, tais sejam: Formação florestal; Agropecuária; Hidrografia; Solo exposto; Banco de areia; Campo natural; Núcleo urbano e zonas cobertas por Nuvens.

A Formação florestal constitui-se por agrupamento de vegetação primária e secundária. A classe denominada Agropecuária é composta por áreas onde as atividades agrícolas e pecuárias se encontram em pleno desenvolvimento. Por sua vez, a Hidrografia representa ao recorte espacial coberto por espelho de água, incluindo massas de água de rio, lagoas ou reservatórios hídricos artificialmente construídos. Aos terrenos desprovidos de cobertura vegetal, tanto natural quanto agrícolas, caracterizam-se como Solo exposto, em geral são ambientes degradados pela exploração antrópica intensa, provenientes de atividades agrícolas, exploração de madeira, inclusive práticas de mineração. As áreas de acúmulo de sedimentos arenosos, principalmente localizados nas margens dos rios e ambientes insulares são denominados de Bancos de areia. Encontram-se, também, os Campos naturais, estes são caracterizados em planícies constituídas por uma cobertura vegetal herbáceas e gramíneas, com presenças isoladas, pouco significativas, de espécies arbustivas. Destacam-se, também, as áreas urbanas, denominadas de Núcleo urbano e por último classificou-se as áreas cobertas por nuvens e suas sobras, impossibilitando a identificação dos alvos no terreno, por isso caracterizadas como cobertura de Nuvens.

Dentre as classes de uso e ocupação do solo destacam-se Formação florestal, com 71,81% e Agropecuária com 15,03% e Hidrografia com 8%, conforme ilustra a **Figura 03**.

Figura 03: Porcentagem da distribuição espacial das classes de uso e ocupação do solo do município de Baião em 2021.

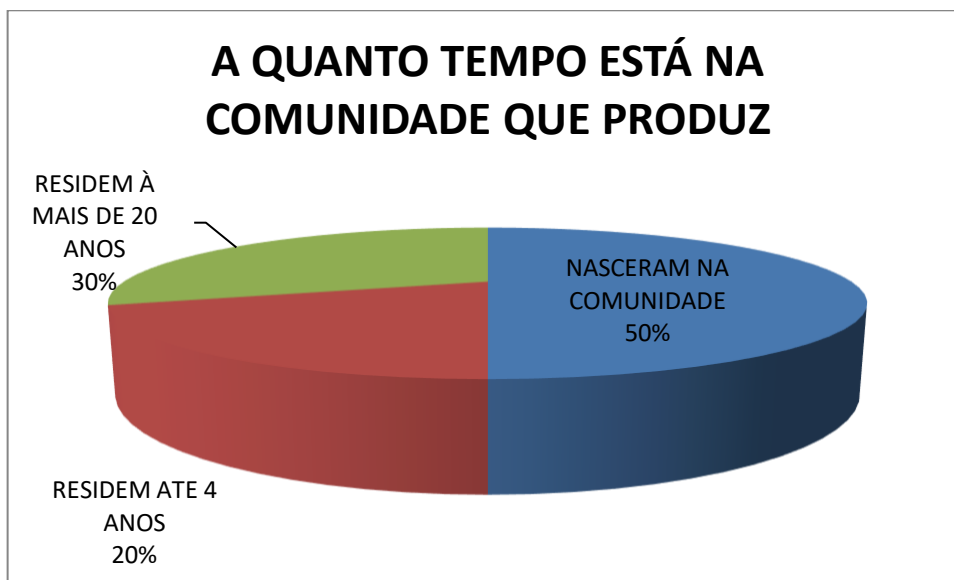


Fonte: Eduarda Ramos (2022)

A classificação do uso do solo revelou que dos 3.758,51km² (a área total do município), 2.699,01 km² do município encontra-se com a sua vegetação florestal conservada. Cabe frisar que mesmo cobrindo 15% do território municipal (564,94 km²), as atividades agrícolas e pecuárias são de extrema importância no contexto socioeconômico e cultural local. Embora relativamente pequena, a área de ocupação agropecuária, registram-se uma característica latifundiária, porém com grande incidência de produtores familiares, onde as manchas das suas plantações, verificadas na Figura 02 (mapa de uso e ocupação do solo), são compostas por pequenas aberturas da floresta, e mantêm uma relação produtiva de pequena escala espacial, mas de significativa importância para a subsistência das famílias e ao abastecimento do mercado local.

No contexto da produção agrícola familiar, a realização da entrevista com os agricultores apresenta abaixo os seguintes perfis dos moradores. Ao analisar as respostas adquiridas através dos questionários com relação a quanto tempo o agricultor reside na comunidade em que produz, foi diagnosticada que cerca de 50% das pessoas entrevistadas já nasceram na comunidade, 20% residem entre 2 a 4 anos e 30% a mais de 20 anos como ilustrado na **Figura 04**.

Figura 04: Respostas dos agricultores sobre tempo de residência na comunidade



Fonte: Eduarda Ramos (2022)

No município de Baião existem 30 comunidades de agricultores familiares, incluindo quilombolas que estão inseridos em projetos desenvolvidos pela secretaria de agricultura familiar, buscando na prática agrícola o meio de sobrevivência e subsistência de seus componentes. A maior parte da produção agrícola fica espalhadas na zona rural do município onde se encontra uma boa parte da comunidade agrícola.

A prefeitura municipal de Baião desenvolve um evento chamado de feira de agricultura familiar que ocorre uma vez no mês, em que os produtores têm a oportunidade de expor e vender seus produtos como mostra a **Figura 05**. Esse evento ocorre através da secretaria de agricultura familiar, e tem como objetivo o incentivo a produção agrícola.

A feira ocorre geralmente no período de pagamento dos funcionários públicos para a garantia das saídas dos produtos, também sendo bastante divulgadas nas redes sociais, por carro som e radio, fazendo com que esse evento mensal seja cada vez mais conhecido ajudando assim a venda dos produtos das famílias agrícolas.

Figura 05: Feira de agricultura familiar do município de Baião



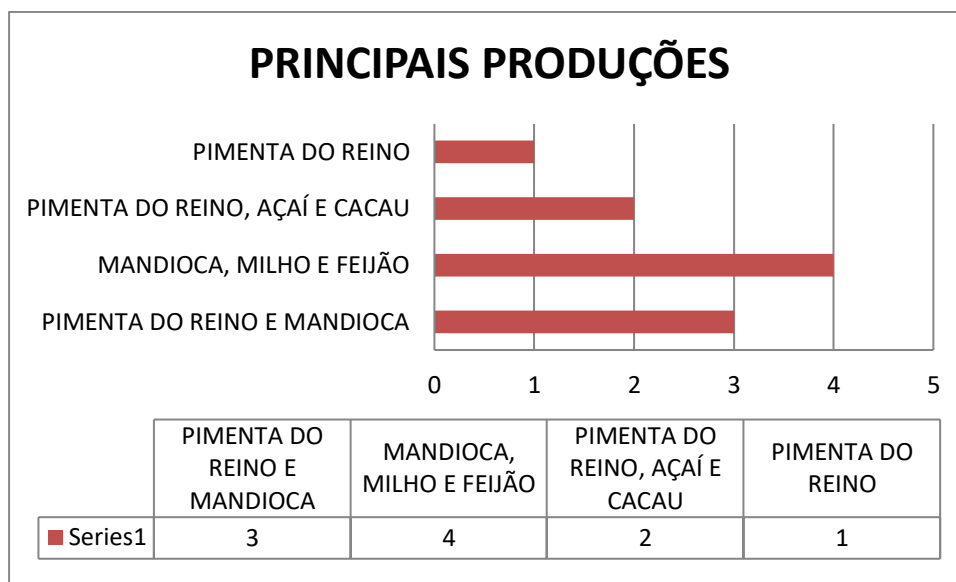
Fonte: Eduarda Ramos (2022).

Mesmo com o desenvolvimento desse evento mensal há muitos relatos referente à falta de assistência técnica e descaso com o pequeno produtor decorrente de vias intrafegáveis para o deslocamento das produções desenvolvidos pelas comunidades, junto da constatare indisponibilidade da utilização dos maquinários direcionada ao atendimento dos pequenos produtores.

3-1 AS PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS E SEUS MÉTODOS DE PLANTAÇÃO.

As principais produções desenvolvidas pelos pequenos agricultores descritas no questionário aplicado no município de Baião é a plantação de (*piper nigrum*) pimenta do reino, (*Manihot esculenta*) mandioca, (*zea mays*) milho, (*phaseolus vulgaris*) feijão, (*Euterpe oleracea*) açaí e (*Theobroma cacao*) cacau, onde também se encontra criação de peixes, aves, abelhas e suínos. Para uma melhor compreensão dos dados colhidos através dos questionários aplicados, as respostas foram divididas em quatro grupos, conforme os cultivos predominantes: grupo 01; (pimenta do reino e mandioca); grupo 02; (mandioca, milho e feijão); grupo 03; (pimenta do reino, açaí e cacau) e grupo 04; (pimenta do reino). Conforme ilustra a **Figura 06**.

Figura 06: Principais produções desenvolvidas no município.



Fonte: Eduarda Ramos (2022).

Das 10 famílias entrevistadas 3 fazem cultivo somente de pimenta do reino e mandioca, 4 famílias produzem mandioca, milho e feijão, 2 fazem plantação de pimenta do reino, cacau e açaí e apenas 1 produz somente pimenta do reino.

Uma das características da produção agrícola local é o cultivo de diversas espécies, com características de plantio consorciado, conforme destacado acima. A agricultura é uma atividade muito presente na vida da maioria dos baionenses, seja de forma direta ou indiretamente, na produção ou no consumo.

3-1.1 MANDIOCA E SEUS DERIVADOS:

Em geral, a produção mais presente e indispensável na mesa do baionense é a farinha de mandioca que se utiliza em quase todas as refeições do dia, e sua produção ocorre o ano inteiro.

Da mandioca se tira vários derivados como: a farinha de mandioca, goma de tapioca e tucupi, outras pessoas também utilizam as folhas da maniva para produção de maniçoba. A goma da tapioca é utilizada de varias formas, tanto para preparação das famosas tapiquinhas,

quanto na produção de farinha de tapioca e na goma do tacacá. O tucupi também é extraído da mandioca e é utilizado em pratos regionais como pato no tucupi e na preparação do tacacá.

Em relação aos métodos de plantio de cada um dos produtos comercializados no município varia conforme às espécies cultivadas. A produção da mandioca gera produtos diversos, que com apenas uma colheita pode-se fazer várias produções (considerado os seus derivados), já que dela além da farinha de mandioca também se tira tucupi, a goma de tapioca e da goma se produz a farinha de tapioca. A sua plantação ocorre de maneira manual e não utiliza nenhum tipo de fertilizante

Como forma de manter o anonimato na apresentação dos relatos das famílias camponesas, identificou-se os agricultores familiares entrevistados por meio de uma sequência numérica. Assim, o agricultor 01 de 55 anos de idade, integrante da comunidade de Arumanzal no município de Baião, relatou o seu processo de cultivo onde, primeiramente escolhe o terreno de sua propriedade em que irá fazer a plantação e esse terreno recebe o nome de roça. Depois irá para a parte de limpeza onde se retira as pequenas árvores, tocos e matos, a depender do clima e do tamanho do terreno esse processo pode levar dias, quando se termina a limpeza vem a plantação onde o produtor escolhe a espécie de maniva (mandioca) que vai plantar.

Apos corta o tronco da maniva em vários pedaços pequenos terminando esse processo ele abre várias covas rasas com uma inchada com um distanciamento adequado para que a raiz possa se desenvolver, depois de cavar geralmente se coloca de um a dois troncos por cova e cobre com a terra retirada na hora de cavar.

Conforme as características climáticas, a geração de brotos ocorre em mais ou menos 10 dias e se caso não ocorra a proliferação de pragas, como (*Tropidacris collaris*) gafanhotos e (*Iridomyrmex purpureus*) formigas, seu desenvolvimento ocorrerá perfeitamente, quando ocorre pragas poucos produtores utilizam de venenos e outros deixam desaparecer naturalmente. Após 6 meses a mandioca já está pronta para a primeira colheita que ocorre de forma manual e depois ocorre a produção da farinha e da goma onde cada produtor tem sua técnica de preparo.

Essa produção ocorre o ano todo e ajudam no desenvolvimento financeiro de muitas famílias que não possuem trabalho fixo e veem na agricultura um meio de sobreviver. E outros não menos importantes na mesa do consumidor, são as hortaliças como, cheiro verde, cebolinha, pimenta de cheiro, maxixe, jerimum, dentre outros.

3.1.2 PRODUÇÃO DE PIMENTA DO REINO

No estado do Pará encontra-se uma grande produção de pimenta do reino. O município de Baião é um dos pioneiros na produção da pimenta do reino do estado.

Diferente das demais, a sua colheita ocorre em um determinado período do ano, geralmente no verão (entre os meses de junho e setembro).

Na época de colheita percebe-se uma grande movimentação financeira no município, isso porque neste período os produtores fazem a contratação temporária de pessoas terceirizadas para efetuar a apanha da pimenta, em que se é pago por quilograma (kg) apanhado.

Para a colheita da pimenta verde, o produtor paga de mão-de-obra, geralmente, um valor que varia de \$0,50/kg a \$0,60/kg, dependendo do valor de mercado da pimenta seca e limpa. A pimenta geralmente é tirada de seus cachos para facilitar o processo de secagem que ocorre através da exposição ao sol em lonas de preferência pretas, onde o agricultor fica mexendo os produtos constantemente para acelerar o processo de secagem como mostra a **Figura 07**.

Figura 07: Processo de secagem da pimenta do reino



Fonte: Eduarda Ramos (2022).

A plantação de pimenta do reino é a mais frequente no município, onde sua lucratividade é mais visível em época de grandes colheitas, uma vez que sua produção é elevada a circulação financeira no município se torna maior.

Segundo o agricultor 02, de 27 anos de idade, da comunidade de Novo Tesouro no município de Baião, atualmente a plantação de pimenta do reino ainda é feita da extração

geralmente de madeiras resistentes como o (*Vouacapoua americana*) acapu árvore nativa da região (**Figura 08**), onde essa madeira retirada é denominada de estaca que é enfiada em um buraco de profundidade aproximada de meio metro de profundidade para que a estaca fique firme e não caia com facilidade. As estacas utilizadas para o plantio são de aproximadamente três metros de comprimento para que as pimenteiras fiquem em uma boa altura.

Figura 08: Plantação de pimenta tradicional.



Fonte: Eduarda Ramos (2022).

As mudas geralmente são cortadas em dezembro e são colocadas em um viveiro com o solo, em sua maioria coberto com areia, a partir de um mês se analisa se as mudas estão prontas para o plantio. A plantação ocorre nos meses chuvosos, como janeiro, fevereiro, março e abril onde o clima é propício para o seu desenvolvimento. Com o tempo vai se fazendo a aplicação de adubos que ajudam no crescimento das plantas, com os meses se faz necessário as amarrações das mudas nas estacas para que suas raízes se agarrem na estaca e cresçam no comprimento da mesma.

Com todos esses cuidados e limpeza constante do local onde se foi implantado o pimental, dentro de um ano já se tem como tirar a primeira remessa de pimenta do reino para comercialização, com o passar dos anos, com os devidos cuidados e o clima apropriado, a quantidade de pimenta produzida aumenta consideravelmente, quanto mais velha as plantas

melhor a produção. Uma pimenteira permanece produzindo com os devidos cuidados em torno de 6 anos até à sua substituição, onde o ciclo começa novamente.

No município de Baião foi criado o projeto de plantação de pimenta do reino em estaca viva (*gliricidia sepium*) gliricidia. Esse projeto pretende melhorar o processo de produção da pimenta do reino, uma vez que atua com o sombreamento das árvores no verão e também melhora o ecossistema fazendo com que o agricultor plante mais árvores ao invés de derrubar, já que o método de plantação ainda existente utiliza a extração de árvores como acapu, que é uma espécie ameaçada de extinção.

O agricultor 03, de 37 anos de idade, da vila de Igarapezinho no município de Baião, relatou que iniciou a quatro anos uma experiência de plantação de pimenta do reino na estaca viva (gliricidia), após presenciar a tentativa de produção desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com dois produtores do município em que não se teve sucesso. Com isso decidiu investir em 50 mudas da planta onde iniciou-se o manejo, onde em um ano já obteve resultados positivos, aguçando seu interesse sobre o método de produção investindo assim em mais mudas das espécies, que hoje é cultivada em sua propriedade. Depois de dois anos de plantio, a EMBRAPA veio até sua residência para analisar o cultivo da pimenta do reino na gliricidia que passou inclusive em reportagem no globo rural no dia 31 de julho de 2022 mostrando um pouco do método de produção. Hoje o agricultor 03 com o auxílio da EMBRAPA iniciaram um projeto da plantação da pimenta em estaca viva em uma roça sem fogo que já está dando resultado conforme a **Figura 09**. Além da plantação de pimenta do reino, também possui produção de açaí, plantação de cacau, hortaliças como (*Petroselinum crispum*) cheiro verde e criação de (*Brachyplatystoma filamentosum*) peixe pirabanha.

Figura 09: Plantação de gliricídia na roça sem fogo



Fonte: Eduarda Ramos (2022).

Segundo a reportagem exibida no Globo Rural, no dia 31 de julho de 2022, o projeto da plantação de pimenta do reino nas gliricídias vem sendo desenvolvido no município de Baião com o acompanhamento da Embrapa, onde já se tem quatro mil pés sendo desenvolvida nas chamadas estacas vivas, onde se tem como vantagem o fato de que ela indiretamente contribui na melhoria da qualidade do solo, fazendo com que as pimenteiras se desenvolvam mais rápido, aumentando a quantidade de produção, onde o agricultor relata que em 2 anos após a plantação se colheu basicamente 3 quilo gramas de pimenta seca por árvore, que na plantação convencional ocorre somente depois de três ou quatro anos. O agricultor também consegue uma economia de até 20% em custos como nas compras de adubos e estacas.

3.2 PROBLEMAS E DESAFIOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BAIÃO

Após aplicação de dez questionários direcionados aos agricultores do município, foi constatado que um dos maiores desafios enfrentados pelos produtores é o escoamento dos seus produtos, devido a falta de estruturas das estradas que ligam a cidade aos outros municípios e capital. Esse problema se agrava ainda mais no inverno, quando as estradas

ficam intrafegáveis devidos o surgimento de inúmeros buracos, lamas que causam atoleiros e a perda da qualidade de alguns produtos.

O outro desafio enfrentado pelos agricultores é a falta de assistência técnica, equipamentos e fertilizantes para melhorar a qualidade de plantação além dos fatores climáticos e a proliferação de pragas, como gafanhotos e formigas que acabam dificultando o processo de produção.

Para uma melhor compreensão da percepção dos agricultores inqueridos, sobre as limitações relacionadas ao desenvolvimento de suas atividades, foi destacado uma das perguntas direcionadas aos mesmos e representadas graficamente: quais os principais problemas enfrentados no campo? Como mostra a Figura 10.

Figura 10: Problemas enfrentados no campo.



Fonte: Eduarda Ramos (2022).

Observa-se na Figura 10 que: 30% dos problemas relatados pelos agricultores é a falta de assistência técnica devido a carência de capacitação, a falta de prestação de serviços aos agricultores e falha de comunicação entre ambos; 20% são relacionados aos problemas climáticos que tem afetado os produtores, pelo excesso de chuva ou pela ausência dela; outros 20% destaca as pragas como principal problema devida grandes perdas de plantação sem se obter os devidos produtos para o combate; mais 20% apresentando a precariedade de escoamento dos produtos como principal dificuldade devido a deficiência nas estradas que ligam o campo a cidade; e apenas 10% alegam que o problema financeiro é o maior vilão devido a dificuldade de manter a manutenção necessária para cada plantação.

Após uma entrevista com o secretário de agricultura familiar do município de Baião, foi relatado que não tem medido esforços para melhorar a vida dos agricultores locais, procurando mobilizar maquinários para preparação de terra, buscando projetos para a disponibilização de mudas para plantio, desenvolvendo técnicas mais eficazes no meio de produção e também desenvolvendo maneiras legais para que os agricultores vejam sua rentabilidade financeira circulando no município. Fazendo, por exemplo, buscando a cobrança de uma taxa tributária para os compradores de pimenta do reino, porém ainda está em fase de aprimoramento devido a recusa dos atravessadores em pagar a taxa de \$0,15/kg de pimenta seca, sendo que assim os baionenses teriam uma parte do dinheiro da produção em movimento no município.

Porém vem a dúvida: será que eles estão realmente se esforçando para que seja melhorada a qualidade de vida da população que depende da agricultura para ter uma vida digna? Para isso foi levantado alguns questionários direcionados as famílias camponesas, onde foi constatada a deficiência no suporte vindo das gestões públicas, onde se relata sempre que os maquinários estão fora de uso por estarem danificados e que quando as máquinas estão prontas para uso o agricultor precisa comprar o combustível para que o maquinário possa ir em sua propriedade. Também apura-se que a fila de espera é sempre muito extensa para atender os agricultores.

Também foi relatado que deveria se ter disponibilidade de mudas para que o agricultor possa estar melhorando ou diversificando sua produção. Eles também relatam que a gestão deveria disponibilizar cursos ou dar instruções que possam ajudar a melhorar o método de plantio de maneira que não agride tanto o ecossistema.

Os produtores sugerem que os órgãos públicos responsáveis busquem algumas parcerias que disponibilizem adubos com preços mais acessíveis para que se tenha uma produção de qualidade, já que os produtos necessários para uma boa produção, estão em um valor muito elevado, dificultando com que o agricultor consiga comprar a quantidade necessária para que sua produção possa ser bem sucedida.

No ano de 2022 o fator climático agravou a baixa produção da pimenta do reino, um dos produtos mais desenvolvidos pelos pequenos agricultores no município de Baião, que com as chuvas intensas e pouca disponibilidade de sol fez com que a safra fosse baixa, causando grandes prejuízos a muitos produtores que viram a pouca quantidade de frutos em suas plantações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as pesquisas de campo junto ao questionário aplicado, percebe-se que os problemas mais frequentes relatados pelos agricultores são a falta de assistência técnica. Esta, engloba a falta de cursos de capacitação para os pequenos produtores junto à precariedade de instruções de plantações conscientes visando a diminuição do desmatamento e a preservação do meio ambiente.

A falta de prestação de serviços ao agricultor como a disponibilidade de maquinários para melhoria da produção e a dificuldade de escoamento de produtos devido a impossibilidade de tráfego nas estradas que ligam o campo a cidade, muitas vezes causadas simplesmente pela falta de manutenção causando inúmeros buracos e atoleiros no inverno paraense, fazendo com que alguns agricultores percam a qualidade de seus produtos.

Espera-se que haja uma atenção especial vinda dos órgãos públicos, sempre buscando cursos e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e do meio ambiente, para que ocorra uma produção lucrativa e consciente, junto às ações continuadas de manutenção das vias de acesso que ligam o campo a cidade, para que o escoamento dos produtos seja facilitado garantindo a preservação da qualidade da produção, sanando a probabilidade de prejuízos nos produtos produzidos.

Especula-se que este trabalho de pesquisa possa contribuir como subsídios na construção de diálogos e ações em prol de melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores rurais do município de Baião e das demais localidades do país, incentivando projetos que ajudem no desenvolvimento da produção, melhora no escoamento dos produtos comercializados e liberação de maquinários para todos os pequenos produtores. Para uma localidade onde grande parte da população depende da agricultura familiar para sobreviver, a importância de apoio municipal é fundamental para que esse meio de produção seja alavancado e as famílias não caiam na pobreza extrema, garantindo assim a segurança alimentar e uma experiência de vida melhor e digna.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Lei nº 14.284, de dezembro de 2021.** Institui o programa auxílio Brasil e o programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; [...]. Brasília: Presidência da República. [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 15 set. 2022

CONAB, Agricultura Familiar. < <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>>. Acesso em: 03 set. 2022.

DE SOUZA SILVA, Izaias; EVANGELISTA, Jaqueline Pereira; NASCIMENTO, Gilberto Gomes. Agricultura Familiar Nos Solos Do Cerrado: Estudo De Caso No Assentamento Serra Verde No Município De Barra Do Garças-MT. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020.

DE SOUSA, Magna Cristina et al. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. **Revista econômica do Nordeste**, v. 36, n. 1, p. 96-120, 2005..

DUARTE, João Paulo Pereira et al. A AGRICULTURA FAMILIAR COMO MEIO PARA A SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO BRASIL.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, p. 77-93, 2007.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

LAMARCHE, H. “**A agricultura familiar: uma realidade multiforme**”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. *Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination.* Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Français.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: editora da Unicamp, 1993.

MALUF, Renato S., Francisco Menezes, and Susana Bleil Marques. "**Caderno segurança alimentar.**" *Paris: Fhp* (2000)

PONAF, Subprogramas <[Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar \(bndes.gov.br\)](https://bndes.gov.br)>. Acesso em: 03 set. 2022.